

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM ESCRITA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Arineyde Maria D’Almeida Alves de Oliveira; Lisiane Maria Dias Rodrigues; Maria Letícia de Lima Alves; Priscilla de Albuquerque Almeida; Adriana de Andrade Gaião e Barbosa.

(Universidade Federal da Paraíba, arineyde_oliveira@hotmail.com)

RESUMO: O processo de aquisição da linguagem escrita, em crianças com Deficiência Intelectual (DI), costuma ser lento e demanda muita paciência, esforço e dedicação de quem ensina. A criança com DI necessita da associação com o concreto para compreender os fatos e realizar assimilações. Desta forma, é necessário que o profissional de educação receba capacitação sobre as dificuldades que seu aluno enfrenta com o intuito de intervir de maneira mais eficaz facilitando o processo de ensino-aprendizagem. Diante disto, este estudo tem o objetivo de analisar situações de aquisição da linguagem escrita de crianças com deficiência intelectual, no ciclo inicial do ensino fundamental. Como também, desenvolver, juntamente com professores, estratégias que auxiliem na aquisição da linguagem escrita destas crianças. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica que é parte inicial de um projeto em andamento, para tanto, está sendo realizado um levantamento bibliográfico sobre o tema Deficiência Intelectual e Aquisição da Linguagem Escrita. A pesquisa visa consultar artigos, teses e dissertações desenvolvidas no Brasil no período compreendido entre 2013 e 2017. A consulta está sendo feita na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), o Banco de Teses e Dissertações da CAPES, a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFPB (TEDE) e a Scientific Electronic Library Online (SCIELO). O levantamento bibliográfico desse estudo tem evidenciado que se faz necessário investir mais nessa temática, com publicações que sirvam como instrumento norteador para o trabalho de ensino da linguagem escrita de crianças com DI. Também tem constatado que, nas plataformas pesquisadas, as publicações concentram-se, em sua maioria, na Região Sudeste, o que induz ao incentivo de publicações nas demais regiões.

Palavras-chave: Aquisição da linguagem escrita, Deficiência Intelectual, Ensino, Professores.

INTRODUÇÃO

A escola regular tem sido alvo de muitas discussões no que diz respeito à inclusão de alunos com necessidades especiais em sua rotina. Estudiosos se debruçam em analisar como essa inclusão está acontecendo e o que pode ser feito para aprimorar esse quadro. A preocupação mais latente é em como tornar a criança com alguma deficiência pertencente e atuante no contexto escolar em que está inserida. Porém, essa atitude apesar de necessária, não é suficiente, como também não é suficiente o que está exposto na Lei de Diretrizes e Bases Nacionais (1996) e no documento sobre Deficiência Mental: Atendimento Educacional Especializado (2007), entre outros documentos que garantem o acolhimento e matrícula de todos os alunos, independentemente de suas necessidades ou diferenças.

Para que uma criança se sinta participante ativa de um grupo, neste caso, escolar, é imprescindível que sejam proporcionadas condições de aprendizagem e desenvolvimento de suas habilidades. Desta forma, não só se garantem a matrícula na escola regular, mas a permanência e o progresso destas crianças. Lima e Mendes (2011) constata isso no trecho que se segue:

Na atual estrutura escolar assegurar a inclusão escolar torna-se bastante complicado e até mesmo pode parecer utopia. Todos os alunos, tanto os “iguais” quanto os “diferentes”, são colocados na mesma classe e ao mesmo tempo, da mesma forma e no mesmo ritmo recebem os conteúdos, independentemente de suas específicas condições, necessidades e possibilidades e como afirma Ferraro (1999), as relações de exclusão “na” e “da” escola não estão claras. Segundo ela, essas relações colocam sobre os sujeitos a responsabilidade pelo seu sucesso ou fracasso, na medida em que difundem uma ideia de escola democrática e “politicamente correta”. Parece evidente num contexto em que o Estado tem que atestar a credibilidade de suas ações, que a terminalidade específica, se torna um mecanismo bastante oportuno para tal atestado (LIMA; MENDES, 2011).

Diante desta problemática apresentada, este estudo busca investigar meios de proporcionar à criança com necessidades educativas especiais, uma melhor forma de incluí-la no universo escolar e, para tanto, explora estudos e inicia uma pesquisa sobre a aquisição da linguagem escrita de crianças com deficiência intelectual, uma vez que, das deficiências e transtornos escolares mais frequentes, essa é uma das que mais demandam empenho do corpo docente e profissionais da educação como um todo, pois para Gomes e cols (2007), trata-se de uma deficiência de cunho mais complexo, englobando ampla quantidade e variedade de abordagens e comprometendo, de forma mais abrangente, a aprendizagem do indivíduo. Também se optou por trabalhar com a aquisição da linguagem escrita por ser esta uma das formas de incluir a criança no contexto escolar, proporcionando à mesma autonomia e possibilidades de interação através da leitura e escrita.

O processo de aquisição da leitura e da escrita inicia-se bem antes do período formal de alfabetização, quando a criança é envolvida em um universo de leitura de mundo e é introduzida em um contexto de letramento (RCNEI, 1998, p. 123; KLEIMAN, 2007). O período anterior à entrada na escola formal é muito importante para que a criança desenvolva habilidades que serão necessárias à construção da linguagem escrita, um exemplo disto é o desenvolvimento da oralidade através de práticas de leitura, conversação, músicas e brincadeiras diversas (REGO, 2009).

Essa preparação para o momento de trabalhar a leitura e a escrita propriamente ditas,

faz-se mais necessária ainda quando se trata de uma criança com deficiência intelectual, devido, principalmente, ao seu comprometimento com relação ao raciocínio lógico, aprendizagem, memorização e atenção. Nestes indivíduos, portanto, a estimulação deverá ser mais expressiva e contínua, buscando não a erradicação do quadro, mas o desenvolvimento de suas capacidades.

Diante do exposto, torna-se imperativa a explanação do termo Deficiência Intelectual (DI), a qual, diferente do que muitos pensam, não está atrelada a uma incapacidade geral do sujeito, mas a um prejuízo cognitivo que pode acometer diversas áreas e em níveis diferentes, daí a necessidade de se considerar as particularidades de cada caso.

O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V, 2014) conceitua a DI como um transtorno do desenvolvimento que abrange déficits funcionais - intelectuais e adaptativos - nos domínios conceitual, social e prático e, para tanto, apresenta três critérios que devem ser considerados no diagnóstico de DI:

A. Déficit em funções intelectuais como raciocínio, solução de problemas, planejamento, pensamento abstrato, juízo, aprendizagem acadêmica e aprendizagem pela experiência confirmados tanto pela avaliação clínica quanto por testes de inteligência padronizados e individualizados.

B. Déficit em funções adaptativas que resultam em fracasso para atingir padrões de desenvolvimento e socioculturais em relação a independência pessoal e responsabilidade social. Sem apoio continuado, os déficits de adaptação limitam o funcionamento em uma ou mais atividades diárias, como comunicação, participação social e vida independente, e em múltiplos ambientes, como em casa, na escola, no local de trabalho e na comunidade.

C. Início dos déficits intelectuais e adaptativos durante o período do desenvolvimento.
(DSM –V, 2014)

A Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, (CID), publicada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em sua décima edição (1993), aponta aspectos funcionais relativos a um nível reduzido de funcionamento intelectual, isto é, das funções cognitivas, de linguagem, da motricidade e do comportamento social. Esta classificação é internacionalmente aceita entre os profissionais da saúde, educação, área jurídica e população em geral e aponta níveis de comprometimento que podem ser: Leve, Moderado, Grave e Profundo.

A AAIDD (*American Association on Intellectual and Development Disability*) é uma associação criada em 1876 e que, desde então, lidera o campo de estudos sobre a Deficiência Intelectual. Para a AAIDD a Deficiência Intelectual se caracteriza por limitações

significativas no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo – habilidades práticas, sociais e conceituais – originando-se antes dos dezoito anos de idade.

Analisar essas conceituações sobre a DI são importantes para a formação do professor, pois o mesmo necessita conhecer sobre o transtorno e, então, estabelecer estratégias para possibilitar o aprendizado desta criança. A partir do conhecimento sobre a deficiência, o professor irá situar-se sobre como poderá atuar em sala de aula, aprimorando a qualidade de ensino e possibilitando ao educando alcançar os objetivos propostos (SANTOS, 2012).

A criança com DI, na fase de aquisição da linguagem escrita, necessita de muita atenção e estímulo. É comum a evasão destas após algumas tentativas para desenvolver a leitura e a escrita, retenção escolar, principalmente quando ainda não se tem o diagnóstico especializado, ou a exclusão dentro da própria sala de aula, pois é rotulada de incapaz e, assim, permanece à margem do conhecimento.

Marques e Orlando (2016), realizaram um mapeamento bibliográfico e constataram que poucos estudos foram realizados sobre a aquisição da linguagem escrita em crianças com DI e que muito ainda precisa ser pesquisado nesta área para melhor contribuir com a qualidade do ensino de leitura e escrita destas crianças.

Esta realidade torna-se um agravante para aquele que trabalha com indivíduos com DI em salas de escolas regulares e que necessita de metodologias e estratégias próprias para cada caso. Geralmente os estudos estão direcionados ao fator inclusão escolar e consideram, em sua maioria, a socialização como o elemento principal. Sabemos da importância da socialização, mas é preciso que se estimule e busque extrair da criança o desenvolvimento de outras competências também, como a leitura e a escrita (SANTOS, 2012).

O processo de aquisição da linguagem escrita, em crianças com DI, segundo Buzetti (2015), precisa ser contextualizado. Essa concepção inclui ensino da oralidade, leitura e escrita através de textos, experiências linguísticas, outras linguagens e tipos de comunicação. Desta forma, ainda segundo a autora, a leitura deixa de ser vista como a aquisição de uma técnica, para ser algo socialmente construído. Para tanto, é necessário que o profissional de educação receba capacitação adequada sobre as dificuldades que seu aluno enfrenta para então poder ajudá-lo.

Silva (2016) desenvolveu um trabalho de análise das estratégias de alfabetização de crianças com DI, como também relatou a experiência de uma professora que utilizou uma proposta diferenciada para alfabetizar e acreditou no potencial de seus alunos para desenvolver a leitura e a escrita. Para tal, essa professora precisou estudar e se capacitar para

o ensino da leitura e escrita destas crianças, acreditando em suas capacidades como diz a própria autora nas conclusões de sua pesquisa:

Em relação aos alunos que utilizam a metodologia, mesmo com suas limitações, são capazes de ampliar sua aprendizagem e desenvolver seu potencial cognitivo, é preciso que pessoas envolvidas no seu processo de aprendizagem não desistam de encontrar maneiras de ensinar. É um desafio também para o professor promover a aprendizagem (SILVA, 2016).

De acordo com o exposto acima, um dos responsáveis pelo desenvolvimento da aprendizagem das crianças com DI é a persistência do professor de sempre buscar estratégias que alcancem o entendimento destas crianças. Realmente configura-se um desafio para o professor, que muitas vezes possui em sua sala de aula, uma criança com DI, crianças com outras dificuldades, além das que possuem desenvolvimento típico, porém que também carecem de atenção e incentivo por parte deste. Porém, existe a necessidade de ter um olhar mais inclusivo e humanizado para com o indivíduo com DI, considerando que este convive em um contexto em que a linguagem escrita é predominante e que, se apropriar desta, fará com que o indivíduo se sinta mais incluído dentro da sociedade.

Portanto, cabe ao professor de salas comuns e das salas multifuncionais, adequar materiais e desenvolver estratégias que auxiliem no processo de construção da leitura e escrita destas crianças, e para tanto, faz-se necessário o interesse em buscar se capacitar, através da literatura, eventos da área, cursos, entre outros.

Porém, alguns estudos evidenciaram algo oposto à essa concepção. Como foi o caso de um estudo realizado por Lima e Mendes (2011), na cidade de Uberlândia – MG, em que um de seus objetivos era verificar as concepções da família da pessoa com deficiência intelectual sobre a escolarização na classe comum regular. Este estudo evidenciou que tal escolarização não está correspondendo às expectativas das famílias e colocando em risco o processo de aprendizagem destes indivíduos.

Uma outra pesquisa realizada na cidade de João Pessoa – PB com pais e cuidadores de crianças com DI, desenvolvida por Oliveira e Gaião e Barbosa (2015), também demonstrou algo inverso, uma vez que evidenciou insatisfação por parte dos pais no que diz respeito à atuação docente frente à criança com DI, participação da escola em eventos de inclusão escolar e utilização da sala de recursos.

Inseridos neste contexto de investigação, este estudo tem como objetivo principal analisar situações de aprendizagem da linguagem escrita de crianças com deficiência intelectual, voltando o foco para sua aquisição. Como também, desenvolver, juntamente com

professores, estratégias que auxiliem na aquisição da linguagem escrita destas crianças.

Este interesse pelo tema surgiu mediante a observação clínica de crianças com DI que, ao serem estimuladas adequadamente, conseguiram desenvolver a leitura e a escrita e já alcançaram um nível adequado de autonomia.

METODOLOGIA

Este estudo se refere a uma pesquisa bibliográfica que é parte inicial de um projeto em andamento que tem por objetivo analisar situações de aquisição da linguagem escrita de crianças com deficiência intelectual, no ciclo inicial do ensino fundamental.

A partir do conhecimento sobre crianças atendidas em um Centro de Saúde, na cidade de Bayeux – PB por uma equipe multidisciplinar, composta por médicos psiquiatras, psicólogos, psicopedagogo e fonoaudiólogo, originou-se a intenção de intervir sobre a necessidade dessas crianças, as quais, em sua maioria apresentam dificuldades expressivas na construção da leitura e escrita.

Como parte inicial da pesquisa está sendo realizado um levantamento bibliográfico sobre o tema Deficiência Intelectual e Aquisição da Linguagem Escrita. A pesquisa visa consultar artigos, teses e dissertações desenvolvidas no Brasil no período compreendido entre 2013 e 2017. Para tanto, tem-se consultado a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), o Banco de Teses e Dissertações da CAPES, a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFPB (TEDE) e a Scientific Electronic Library Online (SCIELO).

A análise das publicações está sendo feita primeiramente através dos títulos, onde buscam-se por palavras como deficiência intelectual, leitura, escrita, alfabetização, letramento. Após esta etapa, os trabalhos selecionados têm seus resumos lidos, pois nestes podem ser identificados seus objetivos e métodos utilizados.

Na segunda parte da pesquisa, serão realizadas visitas a duas escolas da rede municipal de ensino, com o objetivo de investigar o processo de aquisição da linguagem escrita das crianças com DI nos anos iniciais do ensino fundamental e as estratégias utilizadas pelos professores para facilitar esse processo.

Ao final do projeto, pretende-se aplicar uma entrevista com os professores observados, que será construída exclusivamente para esta pesquisa. Embasada na literatura vigente sobre Deficiência Intelectual, serão elaboradas questões que abarquem o conceito de DI, possibilidades de inclusão, concepções e metodologias utilizadas pelos professores. Os dados

analisados serão categorizados, quantificados e submetidos à análise de conteúdo qualitativa.

Na proposta de capacitação com os professores, serão realizadas oficinas, palestras e rodas de conversa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como foi destacado anteriormente, a pesquisa ainda encontra-se em fase inicial, porém, já é possível observar o que foi anteriormente descrito por Marques e Orlando (2016), quando realizaram um mapeamento bibliográfico considerando o período compreendido entre 1984 até 2013. Quanto mais limpamos as arestas do objeto que queremos pesquisar, menos material encontramos.

Apesar dos títulos muitas vezes apresentarem os descritores que norteiam esta pesquisa, a leitura de seus resumos e de alguns trabalhos completos, revelam um outro viés que não se adequa ao interesse dessa pesquisa. Muitos trabalhos enfocam a questão da aprendizagem como um todo, outros têm em seus títulos a descrição de deficiência intelectual, porém seu objeto de estudo são crianças com Síndrome de Down, que apesar de possuírem, em algum grau, a deficiência intelectual, também carregam particularidades de síndrome, o que não faz parte deste estudo.

Então, ao restringir o tema e selecionar a “aquisição da linguagem escrita por crianças com deficiência intelectual”, sem comprometimento com alguma síndrome ou outro transtorno, nos deparamos com um universo bibliográfico relativamente escasso. Para exemplificar esta afirmação, foi realizada uma breve análise do que se tem até o momento referente ao levantamento bibliográfico, como mostra a tabela a seguir:

Tabela 1. Produções encontradas nos Bancos de Dados até o momento

BANCO DE DADOS	PRODUÇÕES BIBLIOGRÁFICAS				
	2013	2014	2015	2016	2017
Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)	02	02	05	-----	-----
Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFPB (TEDE) Campus I	-----	-----	-----	-----	-----
Scientific Electronic Library Online (SCIELO).	01	-----	-----	-----	-----
Banco de Teses e Dissertações da CAPES	01	-----	01	01	-----
TOTAL (até o momento)	04	02	06	01	00
	13				

De acordo com o exposto na Tabela, pode-se perceber que, apesar da pesquisa encontrar-se em fase inicial, já pode-se constatar que o número de publicações, referentes a um tema tão necessário para a verdadeira inclusão escolar da criança com DI, precisa de mais incentivos, pois só desta forma se pode intervir no lugar onde tudo acontece, dentro das salas de aula e salas de recursos multifuncionais.

Vale salientar que do total de 13 trabalhos desenvolvidos ao longo desses anos, que foram já analisados para este estudo, 11 foram realizados na Região Sudeste, perfazendo um total de 84,6%, os demais foram desenvolvidos na Região Norte do país. Até o momento, não foram achados trabalhos, com esta temática, na Região Nordeste.

CONCLUSÃO

A aquisição da linguagem escrita por crianças com deficiência intelectual configura-se um desafio, tanto para os professores quanto para os alunos com tal deficiência. Este desafio se deve em parte pelo comprometimento cognitivo ocasionado pelo transtorno e, em outra parte, pelo despreparo de muitos professores para lidar com este quadro que, na maioria das vezes, é resultado de uma formação que instrui professores para lidar com crianças fabricadas em laboratórios, sem problemas comportamentais, dificuldades de aprendizagem, transtornos, síndromes. Em resumo, fora da realidade.

Em contrapartida, consegue-se enxergar um caminho de possibilidades para o desenvolvimento da linguagem escrita dessas crianças, uma vez que também se tem vislumbrado avanços e conquistas que permitem admitir ser possível que uma criança com DI desenvolva a linguagem escrita, respeitando seus limites, mas com uma metodologia que valorize seus potenciais e que estimule sua autoestima.

O levantamento bibliográfico desse estudo tem evidenciado necessidade de se investir mais nessa temática, com publicações que sirvam como instrumento norteador para o trabalho de ensino da linguagem escrita de crianças com DI. Também tem constatado que, nas plataformas pesquisadas, as publicações concentram-se, em sua maioria, na Região Sudeste, o que induz ao incentivo de publicações nas demais regiões.

Desta forma, pretende-se destacar a relevância desse projeto não só para o indivíduo com DI, mas para seus familiares, escolas e sociedade em geral e espera-se destrinchar o tema e abrir caminhos para que outras pesquisas sejam desenvolvidas, pois, só com esforço e

preparo pode-se romper barreiras e proporcionar uma melhor qualidade de vida para estas crianças.

REFERÊNCIAS

AMERICAN ASSOCIATION ON MENTAL RETARDATION (AAIDD). Definition of mental retardation. 2002. Disponível em http://www.aamr.org/Policies/faq_mental_retardation.shtml. Acesso em setembro de 2016.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial curricular nacional para a educação infantil*. Brasília: MEC/SEF, v.3, 1998.

_____. Ministério da Educação Secretaria da Educação Especial. *Deficiência mental: Atendimento Educacional Especializado*. Brasília MEC/SEESP, 2007.

_____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BUZETTI, Miryan Cristina. *Compreensão de professores de instituição especializada sobre leitura e escrita de alunos com deficiência intelectual*. São Carlos: UFSCar, 2016.

Organização Mundial da Saúde. *CID-10 Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde*. 10a rev. São Paulo: Univers. de São Paulo; 1997. vol.1.

DSM-V. *Manual Diagnóstico Estatístico de Transtornos Mentais*. Trad. Claudia Dornelles; 5ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

GOMES, Claudia; SOUZA, Vera Lucia Trevisan de. Educação, Psicologia Escolar e inclusão: aproximações necessárias. *Rev. Psicopedagogia* 2011; 28(86): 185-93.

KLEIMAN, Ângela B. Letramento e suas implicações para o ensino de língua materna. *Signo*. Santa Cruz do Sul, v. 32, n.53, p. 1-25, 2007.

LIMA, Solange Rodovalho. MENDES, Enicéia Gonçalves. Escolarização da pessoa com deficiência intelectual: terminalidade específica e expectativas familiares. *Rev. bras. educ. espec.* [online]. 2011, vol.17, n.2, pp.195-208. ISSN 1413-6538.

MARQUES, Aline Nathalia; ORLANDO, Rosimeire Maria. A Aquisição da Leitura e Escrita por Alunos com Deficiência Intelectual: mapeamento de publicações bibliográficas. *Plures Humanidades* v. 16, n. 1, 2015.

OLIVEIRA, Arineyde M. D'Almeida A. GAIÃO E BARBOSA, Adriana de Andrade. *Deficiência intelectual e inclusão escolar: um desafio possível?* Anais II CONEDU, v. 2, n. 1, ISSN 2358-8829, 2015.

REGO, T.C. *Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação*. 20 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

SANTOS, Daísy Cléia Oliveira dos. Potenciais dificuldades e facilidades na educação de alunos com deficiência intelectual. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 38, n. 04, p. 935-948, 2012.

SILVA, Claudia Mara da. *Alfabetização e Deficiência Intelectual: uma estratégia diferenciada*. SEED/PR, 2016.